

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 18/06/2015

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e vinte minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SESAU), deu-se início a 5ª (quinta) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2015, com a presença dos membros: **SESAU**: Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Estado do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB); Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava/Superintendente de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde; Maria Gleyd Brito Chianca Silva/Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle, Regulação em Saúde; Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana/Superintendente de Formação e Regulação do Trabalho; Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora de Gestão de Educação na Saúde/ETSUS; Marudiney Brasil Cesar Rodrigues/Diretora de Atenção Primária; Mísia Saldanha Figuerêdo/Diretora de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS. **COSEMS**: Vânio Rodrigues de Sousa/Presidente do COSEMS e SMS de Dueré; Maria da Conceição Marinho de Farias Rego/SMS de Tocantinópolis e 1ª Vice Presidente do COSEMS; Fabrício Alves Segura/SMS de Araguañã e Diretor de Descentralização e Regionalização do COSEMS; Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Diretor Adjunto Administrativo do COSEMS; Whisllay Maciel Bastos/Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas; Juliano Ribeiro Souza/SMS Natividade e Diretor Administrativo do COSEMS; Rui Araújo Azevedo/SMS Paraíso do Tocantins; Sueli Santos de Souza Aguiar/SMS de Gurupi e Diretora de Comunicação do COSEMS; Marli de Sousa Pires/SMS de Silvanópolis e 2ª Vice Presidente do COSEMS; e Samuel Arruda Nunes/SMS de Rio Sono e Diretor Adjunto Financeiro do COSEMS. O Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB, Sr. Samuel Braga Bonilha abriu os trabalhos apresentando o que segue: **Pontos de Pauta para Pactuação e Aprovação**: **ITEM 1 – Pactuação e Aprovação da Pauta**: O Secretário Municipal de Saúde, Sr. Anderson Oliveira Costa solicitou a inclusão de um subitem no item 6 da pauta, para aprovação do Termo de Compromisso de Adesão ao GraduaCEO – Brasil Sorridente, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Nacional – TO e o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto (ITPAC) Porto Nacional. Pauta aprovada pela plenária, com a referida inclusão. **ITEM 2 – Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 21 de maio de 2015**: Item 2 aprovado pela plenária. **ITEM 3 – Pactuação e Aprovação da Planilha de Serviços e Ações de Saúde prioritárias definidas pela Secretaria de Estado da Saúde a serem habilitadas pelo Ministério da Saúde, conforme Ofício – Circular N.º 15/2015/SGEP/MS**: A expositora, Gerente do Sistema Estadual de Urgência e Emergência, Sra. Celeste Moreira Barbosa Dantas informou que, por conta da baixa previsão do Ministério da Saúde para o orçamento deste ano, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da

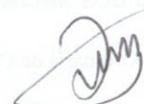


36 Saúde encaminhou para o Estado do Tocantins o Ofício – Circular N°. 15/2015/SGEP/MS no qual
37 elenca alguns projetos de ações e serviços de saúde enviados pelo Estado ao MS para habilitação e
38 pagamento. No referido ofício o MS ainda solicita que o Estado do Tocantins posicione e descreva
39 em ordem decrescente de prioridade as ações e serviços de saúde elencados no documento. Em
40 seguida expôs como foram priorizados os projetos a serem habilitados: 1º - Saúde Mental – para a
41 Habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) III 24h em Colinas do
42 Tocantins, no valor de R\$105.000,00 (cento e cinco mil reais)/ano; 2º - Rede de Urgência e
43 Emergência – para a Porta de Entrada Hospitalar e Qualificação de Leitos de Unidade de Terapia
44 Intensiva (UTI) Adulto e Pediátrico no Hospital Regional de Araguaína, no valor de R\$4.088.647,68
45 (quatro milhões oitenta e oito mil seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)/ano;
46 3º - Rede Cegonha – Alguns Exames de Pré-Natal, com parcela única no valor de R\$126.544,68
47 (cento e vinte e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos); 4º -
48 Unidade de Tratamento Intensivo (UTI)/Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) – para a Habilitação de
49 07 (sete) Leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINco) no Hospital e
50 Maternidade Dona Regina (HMDR) em Palmas, no valor de R\$367.920,00 (trezentos e sessenta e
51 sete mil e novecentos e vinte reais)/ano; 5º - Oncologia – para Realização de Procedimentos
52 Cirúrgicos na Unidade de Alta Complexidade em Oncologia Palmas e Araguaína, no valor de
53 R\$235.646,04 (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e seis reais e quatro
54 centavos)/ano; 6º - Saúde Bucal – Recurso para Confeção de Próteses Dentárias no Laboratório de
55 Próteses Dentárias (LRPD) em Colinas do Tocantins, no valor de R\$90.000,00 (noventa mil
56 reais)/ano; e, 7º - Oncologia – para Serviço de Referência em Câncer Colo Útero (SRC), no valor de
57 R\$5.277,72 (cinco mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos)/ano. Reforçou que
58 estes projetos já foram homologados em reunião da Comissão Intergestores Bipartite, e apenas
59 aguardavam a habilitação do Ministério da Saúde. Destacou que estes serviços já estão em
60 funcionamento e que após a habilitação passarão a receber o recurso. Ressaltou que estes projetos
61 elencados foram escolhidos pelo Ministério da Saúde, cabendo apenas ao Estado colocar em ordem
62 decrescente de prioridade. O Sr. Samuel Braga Bonilha afirmou que na reunião do Conselho Nacional
63 dos Secretários de Saúde (CONASS), tem sido muito discutida essa questão dos serviços a serem
64 habilitados pelo MS. E destacou que a informação que recebeu, é de que se tem cerca de
65 R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para essas habilitações, sendo necessária uma
66 readequação dos projetos para atendimento da demanda após o corte sofrido pelo Ministério da
67 Saúde. Afirmou ainda que durante a reunião do CONASS foi cobrado à Sub-Ministra da Saúde que
68 fossem estabelecidas prioridades, e esta solicitação de priorização feita pelo MS ao Estado é uma
69 resposta a essa cobrança. A SMS de Gurupi, Sra. Sueli Souza Aguiar citou que durante uma auditoria
70 em seu município, foi questionada quanto à não regionalização do Serviço de Atendimento Móvel de
71 Urgência (SAMU 192). E, manifestando sua indignação, solicitou a ajuda do Estado, tendo em vista

72 que, segundo a secretária, o não andamento do processo de regionalização deste serviço é de
73 responsabilidade do próprio MS. O Sr. Samuel destacou a situação difícil de todos os municípios que
74 têm serviços em funcionamento, porém aguardando habilitação. Respondendo a um questionamento,
75 quanto à regionalização do SAMU, feito pela Secretária Municipal de Saúde de Miracema, o Sr.
76 Samuel Braga enfatizou que, quanto ao orçamento do Estado, qualquer ampliação de serviço com
77 fonte do tesouro, não será possível o Estado cumprir. A SMS de Miracema, Sra. Maria de Lourdes
78 esclareceu que o projeto foi aprovado na CIB e encaminhado através de sistema ao Ministério da
79 Saúde. Afirmou que, em seguida o Ministério da Saúde lhe informou que o projeto havia sido
80 aprovado e que deveria aguardar o MS adquirir as Unidades Móveis, que já estavam sendo licitadas
81 num processo para 360 (trezentos e sessenta) unidades, e provavelmente uma dessas seria
82 encaminhada ao município de Miracema. O Sr. Samuel Braga Bonilha destacou que acredita que os
83 projetos para habilitação pelo Ministério da Saúde para este ano são os elencados neste ponto de
84 pauta. O Apoiador do Ministério da Saúde, Sr. Daniel confirmou que o Ministério da Saúde está
85 licitando ambulâncias, porém não está vinculando a serviços novos, considerando que estas seriam
86 para substituição de frota nos municípios. Ressaltou que o processo de licitação ainda está em
87 andamento, com previsão de conclusão para o fim deste ano. Citando o caso do município de Gurupi
88 que inseriu o seu projeto no sistema, afirmou que o Ministério da Saúde somente aprova projetos
89 inseridos no sistema, e aqueles inseridos, entram na fila para pagamento. O SMS de Dueré e
90 Presidente do COSEMS, Sr. Vânio Rodrigues afirmou que sentiu certa desmotivação por parte dos
91 técnicos da SESAU quanto à Rede de Urgência e Emergência da Região de Saúde Ilha do Bananal.
92 Destacou que essa discussão será resgatada, tendo em vista que enquanto não houver uma
93 formalização em forma de instrumento, este projeto não será contemplado. O Sr. Daniel citou a
94 preocupação do Secretário de Estado da Saúde do Tocantins em relação à contrapartida estadual.
95 Afirmou que o serviço pode ser habilitado e, sendo aprovado e contemplado, o Ministério da Saúde
96 repassará o recurso, porém existe o problema já citado quanto ao repasse da contrapartida do
97 Estado. Porém, ressaltou que, se os municípios, mesmo sabendo da impossibilidade de repasse
98 estadual, decidirem por montar o serviço e bancar com o recurso próprio somado ao repasse do
99 Ministério da Saúde, o poderão fazer. A Diretora de Instrumentos de Planejamento para Gestão do
100 SUS, Sra. Mísia Saldanha Figuerêdo informou que foi planejado, porém com os cortes sofridos pela
101 Saúde, o valor financeiro foi retirado. O Sr. Samuel Braga Bonilha alertou aos municípios afirmando
102 que acredita não virão novos recursos do Ministério da Saúde este ano. O Sr. Vânio Rodrigues
103 questionou ao Sr. Samuel, se, os projetos e planos aprovados na CIB, não terão contrapartida do
104 Estado. O Sr. Samuel Braga afirmou que tudo o que está no orçamento está sendo cumprido. A Sra.
105 Mísia Saldanha afirmou que na gestão passada durante uma plenária foi informado a todos os
106 municípios a real situação financeira do Estado, sendo ainda articulado com os Secretários
107 Municipais de Saúde acerca da situação dos equipamentos nos municípios, destacando que ninguém

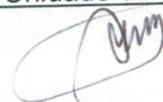
108 foi contra, com exceção do município de Guaraí que ficou indeciso. E, diante dos débitos atrasados
109 do Estado para com os municípios, afirmou que o Sr. Samuel tem lutado fazendo o possível para
110 quitar atrasos e reduzir gastos. Afirmou que o Presidente da Associação Tocantinense de Municípios
111 (ATM) ficou chateado com a proposta de pagamento em 36 (trinta e seis) parcelas. Porém, destacou
112 que o Estado não tem condições de propor o que não tem condições de assumir. Ressaltou que com
113 o recurso que o Estado recebeu do orçamento da fonte 102 (cento e dois) o Estado não tem
114 condições de assumir todas as contrapartidas que pretendia. O Sr. Samuel solicitou que seja feito um
115 levantamento de tudo o que foi pactuado e ainda não foi cumprido, para que seja rediscutido, porém
116 não esquecendo o fato de que o Estado realmente está sem recursos. O Sr. Vânio afirmou que é
117 preciso definir se não vai haver contrapartida do Estado para os novos serviços, ficando assim a
118 cargo dos gestores municipais implementarem o serviço ou não. Então, sugeriu que fosse feito o
119 levantamento/resgate citado pelo Sr. Samuel para que aconteça uma reprogramação. O Sr. Daniel
120 afirmou que os planos das redes podem ser revistos a qualquer momento. Afirmando saber da
121 limitação orçamentária do Ministério da Saúde e do Estado do Tocantins, propôs que fosse feita uma
122 revisão desses planos, principalmente na questão do SAMU, de modo que sejam repactuados
123 estabelecendo-se critérios. A Sra. Sueli Aguiar afirmou ter entendido, na época da pactuação do
124 projeto, que os municípios eram obrigados a participar. Então, afirmou que o que deseja é que o
125 assunto volte a ser discutido. O Sr. Daniel ainda sugeriu que fossem definidas 03 (três) centrais de
126 regulação: Palmas, Araguaína e Gurupi, apenas essas três centrais regulando todo o Estado. A Sra.
127 Sueli Aguiar afirmou que é necessário que os técnicos da SESAU orientem aos municípios quando
128 eles estiverem aderindo a um novo projeto, em relação ao que vão receber e o que vão ter de
129 despesa. O SMS de Guaraí, Sr. Emival Nunes considerou ainda que algumas Unidades de Pronto
130 Atendimento (UPA) do Estado, não têm amparo legal para funcionarem, tendo em vista o porte
131 populacional. Declarou sua indignação quanto à aprovação de propostas que não têm viabilidade
132 financeira para manutenção, dando como exemplo a UPA que está sendo construída em seu
133 município, iniciada na gestão anterior. Ressaltou que o Ministério da Saúde não diferencia os portes
134 dos municípios de Tocantins e São Paulo, aprovando o mesmo projeto, de igual forma, para os
135 municípios dos dois Estados. Manifestou seu desejo em transformar a UPA, que está sendo
136 construída em seu município, em Posto de Saúde, enfatizando que caso contrário não terá
137 possibilidade de manutenção para seu funcionamento. Citou a importância de se analisar bem o que
138 será aprovado, afirmando acreditar que as UPA dos municípios menores não vão conseguir se
139 manter. O Sr. Daniel afirmou concordar com o SMS de Guaraí, destacando que a UPA e o SAMU são
140 dois dos problemas que precisam ser revistos. Esclareceu ao município de Guaraí que basta
141 manifestar ao Ministério da Saúde que o município não poderá permanecer com a UPA, como fez o
142 município de Araguaína. Destacou que, quanto ao recurso que já foi investido na unidade, será
143 analisado pelo Ministério junto ao Fundo Nacional de Saúde se há a possibilidade de revolver. Então,

144 sugeriu que o município apresente na CIB a proposta de cancelamento do serviço de UPA para
145 aprovação e encaminhamento ao Ministério da Saúde, e havendo outros municípios na mesma
146 situação, propôs que fosse feitos todos juntos. Ressaltou ainda que isso tem acontecido em muitos
147 Estado, os municípios estão se dando conta de que não darão conta das despesas. A Sra. Mísia
148 informou ainda ser necessário se discutir uma forma legal de repasse de recursos financeiros de um
149 município para outro, devendo existir um convênio onde é possível acompanhar metas e resultados
150 alcançados. Ressaltou que tem uma equipe da SESAU providenciando tudo para que os municípios
151 tenham clareza nas pactuações de região de saúde, de modo que, dentro das condições do Estado
152 do Tocantins, a regionalização aconteça com responsabilidade e com empenho de todos, inclusive
153 dos prefeitos. O Sr. Samuel Braga afirmou convicto de que todas as pactuações feitas no município o
154 prefeito deve estar acompanhando de perto, de modo a evitar assumir compromissos sem
155 possibilidade de manter. O Representante do município de Palmas, Sr. Whislay Bastos citou que
156 mesmo diante das limitações financeiras, a pressão por parte do Ministério da Saúde para
157 implantação de novos serviços permanece. Comentou que alguns serviços são completamente
158 inviáveis e que demandam um aporte financeiro muito grande por parte do município, e essa pressão
159 acontece inclusive em nível de órgãos de controle, como defensoria e promotoria. Então, afirmou que
160 é necessária a compreensão e o apoio por parte do Estado com relação a essa pressão sobre os
161 municípios. Citando que o município de Palmas participará da reunião do Comitê Executivo para
162 Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins (CEMAS) no próximo dia 26, afirmou
163 que a alegação é de que os municípios não funcionam. Afirmou que os projetos são muito bonitos,
164 porém financeiramente, a maioria deles é inviável. O Sr. Daniel sugeriu como encaminhamento a
165 discussão em próxima pauta da repactuação do SAMU, ajudando aos gestores municipais e ao
166 Estado para o planejamento dos próximos anos na expansão da regionalização, tendo em vista
167 inclusive os cortes na saúde. Deste modo, a Sra. Celeste Moreira com o apoio do Sr. Daniel Borini
168 retomarão o assunto na CIB. Item aprovado pela plenária. **ITEM 4 – Pactuação e Aprovação da**
169 Indicação da Região de Saúde do Estado do Tocantins a ser contemplada com os Cursos de
170 Especialização em Gestão da Clínica e de Regulação em Saúde no SUS, ofertados pelo Ministério da
171 Saúde através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde
172 (PROADI-SUS) 2015 – 2017, em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio
173 Libanês: A Diretora da Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes, Sra. Laudecy Alves do
174 Carmo Soares informou ter recebido um ofício, enviado com cópia para o COSEMS e para a CIB, em
175 que o Ministério da Saúde solicita que a CIB emita deliberação priorizando uma região de saúde para
176 receber os Cursos de Especialização em “Gestão da Clínica” e de “Regulação em Saúde no SUS”.
177 Informou que esses cursos serão realizados por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento
178 Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS) 2015-2017, que possui meta nacional de
179 capacitar 3.200 (três mil e duzentos) profissionais. Afirmou que este é um projeto do Ministério da



180 Saúde em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-libanês. Destacou os
181 objetivos desses cursos: Qualificação do cuidado; Integração e coordenação entre os serviços e
182 profissionais de saúde da rede; Fortalecimento das relações intergovernamentais no âmbito do SUS
183 orientado pela regionalização, por meio da implantação e institucionalização das redes de atenção
184 regionais; e, Para a potencialização da participação social. Informou que os critérios que o MS
185 elencou para distribuição das vagas a nível nacional: Todos os 26 (vinte e seis) Estado mais o
186 Distrito Federal serão contemplados com pelo menos 1 (uma) turma; Porte populacional; e, Grau de
187 contemplação das regiões de saúde em edições anteriores dos cursos. Esclareceu que para o Estado
188 do Tocantins utilizou-se a seguinte distribuição: 1 (uma) turma de cada curso; Os cursos estão inter-
189 relacionados e deverão ser ofertados em 1 (uma) mesma Região de Saúde; Serão 80 (oitenta) vagas
190 – 40 (quarenta) para o Curso de Gestão da Clínica; e 40 (quarenta) para o Curso de Regulação em
191 Saúde no SUS; e, o público alvo será os Profissionais de saúde atuantes nas organizações
192 vinculadas ao SUS, em áreas relacionadas ao curso. Citou que o Ministério da Saúde fez as
193 seguintes recomendações para a priorização da Região de Saúde: Região de Saúde que nunca
194 recebeu a oferta dos cursos (Palmas e Araguaína já receberam); Região de Saúde que foi
195 contemplada com computadores para implantação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC e-SUS)
196 (Nenhuma Região de Saúde recebeu, o MS está articulando para computadores para o TOPAMA e
197 banda larga para os demais); e, Região de Saúde que tenha Central de Regulação organizada ou em
198 processo de organização (critério de desempate) – Palmas (Capim Dourado), Araguaína (Médio
199 Norte Araguaia), Gurupi (Ilha do Bananal) e Porto Nacional (Amor Perfeito) são Regionais, e Paraíso
200 e Augustinópolis são Municipais, sendo que estas estão organizadas, e nenhuma está em processo
201 de organização. Informou que, conforme solicitação do COSEMS, entrou em contato com o Ministério
202 da Saúde para verificar a possibilidade de duas Regiões de Saúde serem contempladas, visto que
203 apenas 1 (uma) Região de Saúde liberar 80 (oitenta) profissionais de uma só vez seria inviável. Deste
204 modo, o Ministério da Saúde recomendou o que segue: a CIB deve priorizar 1 (uma) Região de
205 Saúde como Pólo; Deve ser inserida na Resolução – CIB a justificativa de que será contemplada
206 outra Região de Saúde, além da Região Pólo, considerando as especificidades dos municípios do
207 Tocantins de não ser possível liberar 80 (oitenta) profissionais de saúde da mesma Região de uma
208 única vez; e, Deve-se ressaltar também na Resolução – CIB que os gestores municipais estão
209 cientes que arcarão com as despesas dos alunos selecionados até a Região de Saúde priorizada
210 (Pólo). Então, apresentou a proposta de priorização das Regiões de Saúde Ilha do Bananal e Amor
211 Perfeito. A Sra. Sueli Aguiar informou que, conforme acordado com o SMS de Porto Nacional, Sr.
212 Anderson Oliveira Costa, a cidade Pólo dos cursos será Gurupi – TO (Região de Saúde Ilha do
213 Bananal), sendo 20 (vinte) vagas de cada curso para cada Região de Saúde. O Sr. Vânio Rodrigues
214 agradeceu a presteza da Sra. Laudecy no contato ao Ministério da Saúde, atendendo assim ao
215 pedido dos secretários. Item aprovado pela plenária. **Pontos de Inclusão de Pauta para Pactuação**

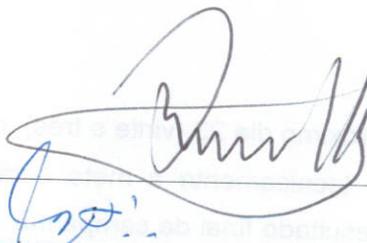
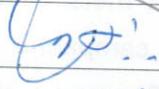
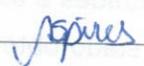
216 **e Aprovação: ITEM 5 – Pactuação e Aprovação do Descredenciamento do Hospital de Pequeno**
217 **Porte Osvaldo Cruz do município de Itaguatins – TO:** A SMS de Itaguatins, Sra. Yarle de Paula
218 Andrade de Sousa justificou sua solicitação em razão do município não estar conseguindo arcar com
219 as despesas do hospital. Informou que este problema vem se arrastando por gestões anteriores. E
220 agora, acordado em reunião com toda a equipe técnica de saúde, conselho municipal de saúde e
221 prefeito, foi resolvido o descredenciamento do HPP, e a habilitação de Unidade Básica de Saúde
222 (UBS). Informou que o município está com uma folha de pagamento no valor de R\$23.500,00 (vinte e
223 três mil e quinhentos reais) a ser paga com o recurso recebido no valor de R\$11.300,00 (onze mil e
224 trezentos reais) aproximadamente, destacando a inviabilidade na manutenção do hospital. Item
225 aprovado pela plenária. **ITEM 7 – Pactuação e Aprovação do Remanejamento de Serviços e Tetos**
226 **Físicos e Financeiro para municípios na Programação Pactuada e Integrada da Assistência**
227 **(PPI)/2015 do Estado do Tocantins:** A Diretora de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria, Sra.
228 Ludmila Nunes M. Barbosa informou o remanejamento de tetos físicos e financeiros do município de
229 São Bento do Tocantins, na modalidade ambulatorial, retirando o procedimento de Ultra-Sonografia
230 do município de Araguaína para o município de Augustinópolis, no valor favorável de R\$19.609,90
231 (dezenove mil seiscientos e nove reais e noventa centavos)/ano. Expôs ainda o remanejamento de
232 tetos físicos e financeiros do município de Paraíso do Tocantins, na modalidade ambulatorial,
233 retirando o serviço de Tomografia do município de Palmas (Gestão Estadual) para o município de
234 Paraíso do Tocantins (Gestão Municipal), no valor favorável de R\$30.016,39 (trinta mil dezesseis
235 reais e dezenove centavos)/ano. Item aprovado pela plenária. **Pontos de Inclusão de Pauta para**
236 **Apresentação e Homologação: ITEM 8 – Homologar a Implantação de 01 (uma) Equipe de Núcleo**
237 **de Apoio à Saúde da Família (NASF), Modalidade II, no município de Colméia - TO:** Item homologado
238 pela plenária. O Representante da SMS de Palmas, Sr. Whislly Bastos afirmou que o município de
239 Palmas possui 03 (três) equipes de NASF até o momento sem nenhum repasse ou sinalização por
240 parte do Ministério da Saúde. Destacou que estes serviços são importantes e necessários, porém
241 alertou aos municípios que estão habilitando esse tipo de serviço que por enquanto não receberão o
242 recurso de financiamento do serviço. A Diretora de Atenção Primária, Sra. Marudiney Brasil Cesar
243 Rodrigues reforçou a fala do Sr. Whislly, solicitando que os municípios que estão habilitando
244 equipes novas aguardem a publicação da portaria, pois antes dessa publicação o município arcará
245 financeiramente sozinho, tendo em vista que o Ministério da Saúde está demorando muito para fazer
246 o repasse. O Sr. Whislly questionou se existe alguma posição em relação às equipes do município
247 de Palmas. A Sra. Marudiney afirmou que está na mesma situação dos outros municípios, ainda
248 aguardando o referido repasse pelo Ministério da Saúde. O Sr. Samuel Braga afirmou acreditar ser
249 difícil este repasse acontecer ainda este ano. **Pontos de Inclusão de Pauta para Pactuação e**
250 **Aprovação (pós-prazo): ITEM 9 – Pactuação e Aprovação das seguintes propostas do município de**
251 **Gurupi - TO: 9.1 – Proposta de Convênio N°. 911336/13-001 para Ampliação da Unidade de Atenção**



324 no valor dos medicamentos, e agora será realizado novamente com os valores modificados.
325 Ressaltou ainda que o ocorrido no HRA, relatado pela Sra. Maria da Conceição Marinho, não pode
326 acontecer. Afirmou que, conforme informação dada no CONASS, é inevitável o fato de que 25%
327 (vinte e cinco por cento) dos medicamentos vão faltar, porém destacou que deve ter o mínimo
328 necessário. Reforçou que o atendimento deve acontecer, e que esta prática do HRA não foi correta,
329 visto que não se pode recusar um paciente. Informou que o Estado está com um débito de cerca de
330 R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) relativos à falta do pagamento de algumas licitações
331 realizadas na gestão passada, e essas mesmas empresas ganharam novas licitações, e condicionam
332 a entrega dos novos medicamentos ao pagamento dos débitos em atraso. A Superintendência de
333 Políticas de Atenção à Saúde, Sra. Maria Gleyd Brito Chianca Silva afirmou que o hospital deve
334 funcionar com o sistema "porta aberta", ou seja, todos que chegarem ao local devem ser atendidos, e
335 é "vaga zero". A Sra. Maria da Conceição Marinho afirmou que o paciente deveria ser tratado com
336 mais respeito, pois, independente de qualquer situação, reter a maca foi uma falta de respeito.
337 Enfatizou acreditar na fala do Sr. Samuel Braga, porém afirmou que, diante da resposta dada pelo
338 HRA, não poderia permanecer calada, destacando que sua intenção não é de exposição, mas sim de
339 busca por uma solução, visto que esta situação já vem sendo prolongada. Sugeriu que a direção de
340 todos os hospitais regionais fosse chamada para alinhar a fala deles à fala do Secretário de Estado e
341 Superintendente. Informou que agora está exigindo que o hospital mande a resposta formalizada via
342 fax, para que seja apresentada à gestão do Estado. Citou que um dos médicos do HRA não atende
343 mais ao telefone os médicos do município de Tocantinópolis, com a justificativa de que são
344 "analfabetos na medicina". Comentou ainda que já fez uma denúncia por escrito referente ao Hospital
345 Regional de Augustinópolis, e agora formaliza outra referente ao Hospital Regional de Araguaína. E –
346 Informe sobre o Laboratório de Análises Clínicas do município de Miracema – TO: O SMS de Rio
347 Sono, Sr. Samuel Arruda Nunes solicitou uma informação referente à previsão para regularização do
348 Laboratório de Análises Clínicas do município de Miracema e Rio dos Bois. A Diretora de Controle,
349 Regulação em Saúde, Sra. Ludmila Nunes Moreira Barbosa esclareceu que a licitação aconteceu na
350 segunda-feira e será homologada até sexta-feira. Ressaltou que esta licitação acontecerá para todo o
351 Estado, contemplando todas as Regiões de Saúde. O Sr. Samuel Braga afirmou que os laboratórios
352 não possuem processo de licitação desde o ano passado, sendo pagos com reconhecimento de
353 despesa, considerando que para alguns foi feito um termo de dispensa, e agora foi realizado o pregão
354 eletrônico regularizando todos, sendo necessário apenas verificar se todos os 19 (dezenove)
355 hospitais foram contemplados. Comentou que a Sra. Minorina, responsável pelo laboratório do
356 município de Augustinópolis, afirmou que não compensa mais pra ela. A Sra. Ludmila afirmou que
357 ainda não tem o resultado da licitação, porém acredita que relativo à Miracema não deu deserta. F –
358 Informe sobre o Resultado Parcial da Campanha Contra Influenza: A Superintendente de Vigilância,
359 Promoção e Proteção à Saúde, Sra. Liliana R. T. N. Fava informou que a campanha encerra no

360 próximo dia 23 (vinte e três), destacando que o Estado precisa atingir 85% (oitenta e cinco por cento),
361 e tecnicamente a meta está quase sendo atingida. Afirmou que dia 30 de junho é divulgado o
362 resultado final da campanha, e provavelmente o Estado alcance aproximadamente 90% (noventa por
363 cento) da meta. Chamou a atenção de todos para o grande número de cobertura tido na campanha,
364 exceto em gestantes e indígenas, considerando que, com relação aos indígenas, existe um grande
365 problema, principalmente por com conta do sistema de informação. Deste modo, parabenizou e
366 agradeceu o empenho dos municípios no trabalho que vem sendo desenvolvido, principalmente no
367 que se diz respeito às comorbidades e às pessoas privadas de liberdade. Informou ainda que em 101
368 (cento e um) municípios do Estado obteve-se homogeneidade. A – Informe sobre o Convite para o
369 Evento referente ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme, a realizar-se no dia
370 19 de junho de 2015 na sede do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa)
371 Tocantins em Palmas - TO: A Assistente Social da Associação dos Falcêmicos do Estado do
372 Tocantins (AFETO), Maria Verônica Gonçalves de Lira fez o convite a todos para participarem do
373 evento em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme, a realizar-se no dia
374 19 de junho de 2015, das 14hs às 18hs, na sede do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e
375 Pequena Empresa) Tocantins em Palmas – TO. E ainda informou que a associação recebeu manuais
376 bastante interessantes do Ministério da Saúde, que tratam da Atenção e Cuidado às Pessoas com
377 Anemia Falciforme. Comunicou que a associação deixou disponível um kit a todos os municípios na
378 Secretaria Executiva do COSEMS, e ofício com informações sobre o site de onde podem ser
379 reproduzidos os manuais. O Sr. Samuel Braga Bonilha, Secretário de Estado da Saúde do Tocantins
380 e Presidente da CIB agradeceu a todos, destacando a despedida e um agradecimento especial pelos
381 vários anos de serviços prestados pelo servidor lotado na Secretaria Executiva da CIB, Sr. Afonso
382 José Batista, aposentado compulsoriamente este mês, e logo após o servidor recebeu efusivos
383 aplausos por todos os presentes. Em seguida, encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e
384 quatro minutos. E para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será
385 assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais membros presentes nesta reunião.

386 Laudecy A. do Carmo Soares/Dir. de Gestão de Educação na Saúde/ETSUS: _____
387 Liliansa R. T. N. Fava/Sup. de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde: _____
388 Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. de Controle, Regulação em Saúde: _____
389 Márcia Valéria R. de Q. Santana/Sup. de Formação e Regulação do Trabalho: _____
390 Maria Gleyd Brito Chianca Silva/Sup. de Políticas de Atenção à Saúde: _____
391 Marudiney B. C. Rodrigues/Dir. de Atenção Primária: _____
392 Mísia Saldanha Figuerêdo/Dir. de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS: _____

- 393 Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB: 
- 394 Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Dir. Adjunto Administrativo do COSEMS: 
- 395 Fabricio A. Segura/SMS de Araguaã e Dir. de Descentralização e Regionalização do COSEMS: 
- 396 Juliano Ribeiro Souza/SMS de Natividade e Dir. Administrativo do COSEMS: 
- 397 Maria da Conceição M. de F. Rego/SMS de Tocantinópolis e 1ª Vice Presidente do COSEMS: _____
- 398 Marli de Sousa Pires/SMS de Silvanópolis e 2ª Vice Presidente do COSEMS: 
- 399 Rui Araújo Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins: _____
- 400 Samuel Arruda Nunes/SMS de Rio Sono e Dir. Adjunto Financeiro do COSEMS: _____
- 401 Sueli S. de Souza Aguiar/SMS de Gurupi e Dir. de Comunicação do COSEMS: _____
- 402 Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS: 
- 403 Whislly Maciel Bastos/Representante do SMS de Palmas: _____